

NA ESPERA DA MALA POSTAL: CARTAS, CORRESPONDÊNCIAS E MENSAGENS TROCADAS ENTRE PORTUGUESES (SÃO PAULO – PORTUGAL 1890-1950)

Maria Izilda Santos de Matos
PUC/SP

RESUMO:

O artigo analisa cartas encontradas no Memorial do Imigrante de São Paulo (antiga Hospedaria dos Imigrantes) e em arquivos portugueses (Arquivo Distrital do Porto e de Braga). Com base nesta documentação, discute a presença dos imigrantes portugueses em São Paulo, entre 1890 e 1950, abordando questões como integração-diferenciação, sucesso-desilusão, sonhos-sensibilidades.

PALAVRAS-CHAVE:

Imigração; cartas.

ABSTRACT:

This paper analyses letters found in the Memorial do Imigrante de São Paulo (former Hospedaria dos Imigrantes) and Portuguese archives (District archives of O Porto and Braga). Based on these documents, it discusses the presence of Portuguese immigrants in São Paulo, between 1890 and 1950, approaching questions such as integration-differentiation, success-disillusion, dreams-sensibilities.

KEYWORDS:

Immigration; letters.

... eu para mim tenho uma fé em deus que breve mente nos tamos abraçar um outro que só açimsuçegarei u meu ispirito assim que apanhar meu amor au meu lado que tam pouca alegria tenho tido em me ver tam longe de quem eu mais istimo nesta vida que tenho passado um progatorio neste mundo com a tua ausemçia não immanginas como eu ando sempre com os meus holhos rasados dagua por causa du meu amor du coração...arecebe mil abraços i mil beijos deste teu esposo moitoumilde adeus ate deus nos deicharabraçar. (SARMENTO, 1999, p. 291).

Nesta carta, enviada por Antonio de Almeida para Teresa da Costa de Oliveira, datada de 8 de julho de 1910, observam-se as saudades e as relações afetivas entre o casal separado pelo Atlântico, assim como outras correspondências apresentam um amplo potencial de análise. As missivas utilizadas nesta pesquisa foram localizadas no Memorial do Imigrante de São Paulo (antiga Hospedaria dos Imigrantes) e em arquivos portugueses (Arquivo Distrital do Porto e de Braga). Com base nesta documentação, discutir-se-á a

Na espera da mala postal:
cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses

presença dos imigrantes portugueses em São Paulo, entre 1890 e 1950, abordando questões como integração-diferenciação, sucesso-desilusão, sonhos-sensibilidades.

Deslocamentos: presente e passado

Os processos migratórios recentes vislumbram o estabelecimento de novas ordens demográficas, contudo não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, uma vez que há outros pontos de partida e polos de atração. As facilidades e agilidades das viagens, somadas às múltiplas possibilidades de comunicação, dinamizam os deslocamentos, tornando-os um “fenômeno” perceptível e provocando tensões, hostilidades, rejeições, conflitos e xenofobia nas sociedades receptoras. Estas tensões atuais levam ao reconhecimento da importância da temática das mobilidades. Além disso, fazem com que se ampliem os estudos com diferenciadas perspectivas de análise, iluminando interpretações, enriquecendo abordagens e contribuindo para a revisão de estereótipos.

Cabe ressaltar a necessidade de que os deslocamentos sejam analisados para além dos condicionamentos demográfico-econômico-sociais e do paradigma mecanicista da miserabilidade – assim, não podem ser vistos apenas como resposta às condições excepcionais,¹ fruto das pressões do crescimento da população (modelo malthusiano) ou de mecanismos impessoais do *push-pull* dos mercados internacionais. Estes processos superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, sendo importante observar questões políticas (refugiados, perseguidos e expulsos), étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais e de gênero (CORTI, 2007).

Os deslocamentos aparecem como alternativas adotadas por uma gama abrangente de sujeitos históricos, alguns inseridos em fluxo de massa, grupos, familiares ou em percursos individuais; através de processos de migração engajada ou voluntária, abarcando diversos extratos sociais, levas e gerações; envolvendo agentes inspirados por estratégias e motivações diferenciadas, inclusive culturais e existenciais. Entre as múltiplas motivações que levaram às mobilidades encontra-se a procura da realização de sonhos, abertura de novas perspectivas, fugas das pressões cotidianas e a busca do “fazer a América”, em variadas representações construídas e vitalizadas neste universo.

Cabe ressaltar os mecanismos que viabilizaram este processo, particularmente, a constituição de redes,² com o estabelecimento de relações interpessoais e institucionais (agenciadores, aliciadores, aparatos de propaganda, meios de comunicação), além da

¹Não basta que existam dificuldades econômicas para que os deslocamentos ocorram, elas têm que estar vinculadas à percepção de que a emigração é uma alternativa aceitável e os canais necessários têm que estar constituídos para viabilizar as saídas. (BAGANHA, 2009).

² A categoria rede de e-imigração incorpora tanto as ações familiares e comunitárias quanto as estruturas impessoais de informação, difusão e apoio, articulando-se a noção de cadeia proposta por (MACDONALD, J. e MACDONALD L. 1964, pp. 82-97).

organização do sistema de navegação comercial, que viabilizou o transporte transoceânico em massa. Assim, se pretende discutir vínculos estabelecidos, circuitos de sustentação nas regiões de saída e de acolhimento, expectativas e sonhos construídos no processo, tensões e frustrações, possibilidades de reencontros e reconstituição familiar.

O sonho americano: histórias e historiografia

No Brasil, a temática da imigração vem sendo privilegiada pela historiografia, tendo produção ampla, diversificada e enriquecida por abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão. Os deslocamentos ibéricos só mais recentemente têm instigado os pesquisadores, contudo, parte significativa dos trabalhos se volta para o Rio de Janeiro, onde a presença portuguesa foi significativa e marcante.

Os estudos sobre imigração em São Paulo privilegiaram certos grupos, como os italianos e japoneses, mas contemporaneamente apareceram trabalhos que analisam os ibéricos, em particular, os portugueses.³

A chegada dos trilhos da ferrovia Santos-Jundiaí (1863) conectou a cidade de São Paulo com o porto exportador de Santos e a com a zona produtora de café (no interior do Estado). Os trilhos não só transportavam o café, como também traziam de várias partes do mundo, particularmente, da Europa, uma ampla gama de imigrantes, além de toda uma variedade de produtos e influências, gerando e dinamizando um “vetor modernizador”. (ELIAS, 1994. P. 132)

Neste período, a expansão urbana de São Paulo esteve vinculada aos sucessos e/ou dificuldades da economia cafeeira; a cidade consolidou-se como centro econômico e político, polo de desenvolvimento industrial, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços. No ano de 1872, a população de São Paulo era de 31.385 pessoas; segundo o censo de 1890, elevou-se para 64.934 habitantes; já em 1900, eram 239.820 moradores. Em 1920, a população da cidade mais do que dobrou, atingindo 579.033 pessoas.

O “sonho americano” e a atração exercida pela cidade prosseguiram, concentrando um significativo contingente de trabalhadores. Enquanto uns dirigiam-se para o comércio, outros exerciam atividades por conta própria ou foram impelidos para o trabalho assalariado em vários ramos: indústria, obras públicas e serviços.

Entre 1920 e 1940, a população da cidade mais que duplicou, saltando para 1.326.261 habitantes. Em 1934, totalizavam 287.690 estrangeiros (destes 79.465 eram portugueses), que formavam um mosaico diversificado de grupos étnicos com seus

³ FRUTUOSO, M. *A emigração portuguesa e sua influência no Brasil: O caso de Santos (1850-1950)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1989; FREITAS, Sonia M. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006; MATOS, M. Izilda Santos de e SOUSA, Fernando. *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru/Porto: EDUSC/CEPESE, 2008; PASCAL, M. Aparecida. *Portugueses em São Paulo*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.

Na espera da mala postal:
cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses

descendentes. Juntamente com os migrantes constituíam uma multiplicidade de culturas, tradições e sotaques.

Portugueses: mobilidades, políticas e ações

A imigração portuguesa para o Brasil foi um processo contínuo, que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, abarcando várias levas, de diferentes regiões do continente e das ilhas; alguns vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns chegaram no começo do processo (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros após a Primeira Grande Guerra ou durante o período salazarista.

Entre 1887 e 1900, os portugueses representaram 10% do total de entradas em São Paulo, proporção que entre 1900 e 1920 subiu para mais de 29%. Em termos de período, os anos de 1910 a 1914 marcaram a vinda do maior contingente luso (111.491), em função da crise econômico-social e das dificuldades políticas com o fim do regime monárquico português, também pela preferência dos imigrantistas paulistas por esse grupo.⁴

Os portugueses emigravam por vários motivos: dificuldades econômicas, sociais e familiares, fugas ao recrutamento militar, poucas oportunidade de trabalho, baixos salários, tipo de propriedade e sua exploração, tensões políticas, atraso tecnológico, além do desejo de "fazer a América". Assim, as partidas foram contínuas e frequentes, vinculadas a descontentamentos, estratégias de sobrevivência, buscas de outras possibilidades e realizações de sonhos.

Para o recrutamento de imigrantes portugueses foi organizada toda uma rede regular de propaganda, divulgação de informações (notícias na imprensa, panfletos, cartas), agenciamento e transporte, com a participação de companhias e engajadores, alguns recebiam subsídios do governo brasileiro e/ou paulista ou trabalhavam para eles. Constituiu-se uma cadeia que tinha como elos moradores das aldeias e freguesias, religiosos, autoridades e empresários. Esta rede funcionou entre Portugal continental, as Ilhas e o Brasil, sendo intensificada com o porto de Santos, nos início do século XX (PEREIRA, 2002, p. 128).

Quanto à política portuguesa de emigração, em seu processo pode ser considerada ambígua: ora repressiva (especificamente em relação aos jovens, mulheres sós e saídas na clandestinidade), ora permissiva. A emigração sofria a oposição dos grandes proprietários rurais, para os quais significava a evasão de braços. Assim, pressionavam o governo para conter as saídas; o governo, por sua vez, via na emigração uma possibilidade de limitar as tensões no campo, além do que as remessas adquiriram importância nas finanças

⁴ Depois do Decreto Prinetti (1902, pelo qual o governo italiano proibiu a emigração subsidiada para São Paulo) e de medida similar do governo espanhol reduziram-se consideravelmente as entradas de italianos e espanhóis, passando-se a priorizar os lusos. Boletins do Serviço de Imigração e Colonização, nº 2, outubro de 1940. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

portuguesas, estimulando investimentos e tornando-se decisivas para a balança de pagamentos.

Os deslocamentos eram uma possibilidade frente aos problemas sociais no campo e nas cidades portuguesas. Os emigrantes eram majoritariamente do Norte de Portugal, áreas de predominância da pequena propriedade (PASCHKES, 1990/1991, pp.88-89); os que vinham do Noroeste eram em maior parte homens sozinhos (solteiros e casados); já entre os do Nordeste predominava a emigração familiar. No sul, o interesse nas saídas tornou-se mais expressivo a partir das crises advindas com a Primeira Grande Guerra.

Analisando os emigrados observam-se tendências: numa primeira nota-se os que vinham por conta própria, destacando-se os jovens solteiros, alfabetizados, com algum capital, em busca de constituir uma trajetória profissional; geralmente possuíam contatos estabelecidos no Brasil. Um segundo grupo de homens adultos, muitas vezes casados, artesãos de profissão, se fixavam nas grandes cidades (preferencialmente São Paulo e Rio de Janeiro); muitos buscavam retornar a Portugal depois de juntar algum pecúlio. Outro grupo era o dos que vinham subsidiados, embarcavam em família, motivados pelas dificuldades econômicas, sem entrever possibilidades efetivas de regresso. (LEITE, 2000, pp. 192-193)

A emigração masculina continuamente ultrapassou a familiar. As saídas de família eram o centro das preocupações das autoridades portuguesas, pois além de provocar a desaceleração do crescimento demográfico (com o envelhecimento da população e a falta de perspectivas matrimoniais), afetava as remessas de recursos para Portugal.

A prática dos homens saírem primeiro visava criar condições para chamar os familiares, podendo ser identificada como uma ação preventiva frente aos possíveis infortúnios. Contudo, estas saídas afetaram a estrutura familiar, ampliando a responsabilidade das mulheres, que passaram a arcar com os cuidados e sustento dos filhos, a manutenção da propriedade e negócios, além das atividades domésticas.

Se a emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, o contingente feminino cresceu gradualmente, podendo-se verificar um aumento no número de mulheres casadas, ampliando a emigração familiar de acordo com os parâmetros da política imigrante paulista. Na primeira década do século XX, a porcentagem de mulheres alcançava mais de 25% do total de entradas e no início da segunda oscilou entre 35% e 40%. Assim, a imigração lusa até então caracterizada como individual, masculina e temporária, tornou-se, tendencialmente, familiar e permanente.

Durante o Governo Vargas (1930-45) foram criadas medidas restritivas às entradas, ampliaram-se as preocupações em filtrar os imigrantes que melhor se adaptassem ao país. Apesar da política anti-imigratória, os deslocamentos portugueses

Na espera da mala postal:
cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses

foram defendidos por autoridades brasileiras e portuguesas – que apregoavam a exclusão do sistema de cotas, concretizando-se nas leis que favoreceram os lusos em detrimento de outros estrangeiros.⁵

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento; muitos imigrantes eram chefes de família, vieram antes de seus familiares, que ficaram aguardando as chamadas; outros chegaram crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família veio junta, algumas delas não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas.

Laços de união: discutindo a documentação

Falar da imigração portuguesa constitui “o resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva” (PEREIRA, 2002, p.9), assim, se sintetiza a importância das histórias de vida para entender o conjunto de experiências individuais articulado às transformações sociais. Esta investigação se insere numa corrente que pretende estabelecer as articulações entre relações sociais, étnicas, de gêneros, gerações, práticas e modos de vida, numa perspectiva de incorporar os imigrantes portugueses (homens, mulheres e crianças) à história, cessando de considerá-los como objeto dado, para conhecê-los como sujeitos históricos que se constroem na e pela experiência cotidiana, procurando integrar as tensões sociais de um processo permeado de resistências, conflitos e confrontos.

Reconhece-se a pesquisa empírica como elemento indispensável e, neste sentido, valoriza-se o uso de uma diversidade de fontes, que constituem um mosaico de referências do passado, com destaque para as cartas. A dificuldade enfrentada pelo investigador está mais na fragmentação do que na ausência documental, requerendo uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, acrescida da análise detalhada para esmiuçar o implícito e oculto, atentando para os múltiplos significados da documentação.

Os estudos das cartas e correspondências têm privilegiado as escrituras de figuras de destaque intelectual e político. Na atual pesquisa, as missivas endereçadas e recebidas envolveram sujeitos históricos populares e anônimos – e/imigrantes lusos–, tornando a análise mais complexa, porém com grande potencial para descobertas.

⁵ Foram várias as restrições na política imigratória, a partir de 1930, presentes na “Lei dos 2/3” (decreto 19.482 de 12/12/1930), que garantia a cota de 2/3 de trabalhadores brasileiros natos em todas as categorias profissionais. O Decreto nº 406, art. 2º, “o governo reserva-se o direito de limitar ou suspender por motivos econômicos ou sociais a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens”. Já no Decreto nº 3010, de 20 de agosto de 1938, art. 1º, que regulamenta o anterior, “ter-se-á em vista preservar a Constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais”, o que favorecia a imigração lusa. Na mesma época, a Resolução 34 do Conselho de Imigração e Colonização (22/4/1939) revogou qualquer restrição numérica as entradas de portugueses. Além disso, buscando atrair os lusos, o governo assumiu as despesas de desembarque e hospedagem pelos seis dias iniciais (MENDES, 2010).

As cartas dos e/imigrantes se caracterizam como um testemunho precioso de fragmentos de diálogos entre dois mundos, mas ainda são fontes pouco exploradas nos estudos dos deslocamentos. Deve-se advertir que as missivas se constituem num corpo documental irregular: apesar de serem dirigidas a um destinatário (com o qual se deseja estabelecer uma prática interativa), muitas vezes não se obtinha respostas; em outras, foram extraviadas ou então não foram preservadas.

Os escritos epistolares encontram-se marcados pelos desejos da manutenção dos vínculos com as origens. As cartas se destacam não só pela sua quantidade, também pela riqueza de seus relatos, permitindo maior compreensão dos deslocamentos portugueses para São Paulo. As correspondências foram localizadas na Hospedaria do Imigrante de São Paulo⁶ e em arquivos portugueses.

Nestes acervos foram encontradas missivas variadas: cartas oficiais e de chamada, correspondência familiar e de negócios, algumas prestando contas, outras só informativas. Elas privilegiaram questões da vida doméstica e do cotidiano, relatavam tensões familiares e dificuldades, faziam referências às remessas e seus aplicativos; já outros escritos eram pessoais e até íntimos, expondo relações de família e afetivas: amor, rancor, rupturas, saudades, desabafos e confidências.

Cruzando mares: democratização da escritura

Apesar da sua ancestralidade, a escrita epistolar se alargou com a ampliação das comunicações e intensificação das mobilidades. Facilitados pelo desenvolvimento dos transportes a vapor (trens e navios), os deslocamentos se tornaram “fenômenos” de massa, o que se denomina de a grande e-imigração. Esta experiência histórica ampliou as distâncias entre pessoas, dilatando a sensação de ausência, suscitando sentimentos de saudades que geraram a necessidade de comunicação e esforços de aproximação. Como bálsamo à separação, a escrita de cartas foi difundida, incorporando os populares, num desafio para uma massa pouco letrada que, com grande esforço, procurava manter os vínculos. Assim, disseminaram-se novas experiências da prática epistolar, democratizando-se a escritura.

⁶ Fundada em 1886/87, a Hospedaria visava abrigar os recém-chegados a São Paulo, sendo permitido permanecer no local por até oito dias. Havia um setor no qual os imigrantes se encontravam com os empregadores para firmar os contratos de trabalho. Na sua trajetória histórica, a Hospedaria esteve vinculada e/ou subordinada a vários órgãos, da mesma forma, junto a ela gravitaram outros organismos envolvidos nos serviços da imigração, colonização e terras. Esta inserção produziu uma ampla documentação e alguns fundos merecem destaque: o da Inspetoria de Imigração do Porto de Santos, com os documentos produzidos pelas Companhias Armadoras, como as Listas de bordo de navios que aportaram em Santos; também os livros de registro de imigrantes e migrantes alojados na Hospedaria e, particularmente, as cartas e correspondências trocadas entre os imigrantes e seus países.

Na espera da mala postal:
cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses

Dessa forma, as cartas podem ser consideradas como paradigmas dos deslocamentos

fruto do distanciamento e da separação, produto da necessidade de comunicação à distancia, resultado da tentativa de anular as distâncias e, ao mesmo tempo, testemunho e prova da dilaceração em curso, além de veículo das transformações futuras. (CROCI, 2008, p.30)

Os vapores cruzavam os mares transportando pessoas, mercadorias, ideias e também levavam a mala postal, repleta de mensagens. As missivas traziam boas e más novas, comunicavam alegremente nascimentos e casamentos, também, doenças e mortes, enviavam declarações de amor e fidelidade, fotos de família, encaminhavam conselhos de velhos, pedidos de ajuda e de dinheiro, expediam cartas bancárias e de chamada. Pelos correios, múltiplas histórias escritas atravessavam o oceano buscando por notícias de filhos e pais, irmãos, maridos e esposas, noivos e noivas. Tais correspondências eram plenamente marcadas por múltiplos sentimentos: saudades, esperanças, amor, ódio, rancor, sonhos e medos, ilusões e desilusões.

Constituindo um movimento entre a ausência e a busca da presença, quem escrevia buscava manter contatos, laços afetivos, esperava por notícias e/ou comunicava novidades. Escrever cartas atenuava a solidão e as saudades, entretanto, exigia tempo, dedicação e reflexão; porém, grande parte dos populares estava pouco familiarizada com o texto, que para eles era um desafio, um verdadeiro fardo escrever. Para enfrentar estes obstáculos criavam-se estratégias; quando não se sabia ou se escrevia mal, apelava-se para que outra pessoa o fizesse.

As práticas de trocar cartas difundiram novos indicadores de comunicação e expressão, permitindo rediscutir as fronteiras entre a oralidade e o registro escrito. Apesar dos populares não dominarem estes códigos, passaram a exercitar certo “direito a escrita” (CROCI, 2008, p.21) mesmo que fosse se utilizando de um escrevente.

Na maioria das vezes, o papel escrevente/leitor foi assumido pelo mestre escola, pároco ou um letrado da aldeia, que podia fazer a leitura/escritura “a rogo”, em troca de um agrado ou pagamento em dinheiro. Eles foram protagonistas estratégicos para preencherem as necessidades tanto da correspondência burocrática quanto das cartas particulares. Em várias missivas justificam-se a demora em mandar notícias pela dificuldade em encontrar alguém que se dispusesse a escrever, merecendo menção aos esforços das mulheres, frente ao maior grau de analfabetismo feminino. Desta forma, foi criada toda uma comunidade de escreventes/leitores, destacando-se que muitas vezes essa leitura era compartilhada com outras pessoas, realizada em voz alta e em público.

A composição das cartas segue um protocolo estabelecido e difundido pelos manuais epistolares, que disseminavam os dispositivos que regulavam as práticas que passaram a ser reconhecidas e aprendidas. Instituiu-se uma estrutura, certa fórmula de uso

continuado, caracterizada por elementos como: datação, tratamento, saudações, cumprimentos e abertura, desejos de saúde, despedidas, finalização, assinatura, envelope e identificação do destinatário; no caso das missivas analisadas, encontram-se fortes marcas de religiosidade com bênçãos, graças e referências de proteção (graças a Deus, com as bênçãos de Deus, que Deus abençoe).

Na análise das correspondências, não se pode separar o conteúdo da forma da escritura. Cabe observar que as missivas pesquisadas apresentam um português fonético, marcado pela oralidade, uso aleatório das maiúsculas e minúsculas, problemas ou falta de pontuação, separação e/ou articulação indevida de palavras, troca de consoantes (v pelo b), expressões em desuso, o que dificulta a leitura e demonstra as dificuldades destes sujeitos históricos em manter a prática da escritura.

Quanto à caligrafia, em algumas cartas se observa a letra bem desenhada e clara, sendo muito poucas as datilografadas; outras, devido ao baixo letramento, a letra é rústica e muito difícil de ser compreendida.

Cabe também atentar para o tipo de papel utilizado. A escolha do papel foi mais ocasional do que proposital, quando havia falta escrevia-se nas margens e bordas da folha. Aparecem nas correspondências diversos tipos de papel como os de borda preta das missivas de luto. O uso de papel timbrado (em geral no ângulo superior esquerdo) era considerado prestigioso, podendo demonstrar vínculo profissional, prosperidade nos negócios. Em alguns poucos casos encontram-se timbres de hotéis ou companhias de navegação, que também demonstrava status – o de viajante.

Cartas de chamada: exigências burocráticas e desejos de reunião familiar

As cartas de chamada constituem-se numa documentação especial e reveladora. Elas foram originadas pelas exigências da burocracia no controle das saídas ou entradas, constituíram-se em fragmentos isolados, fortuitos, que compunham o pedido de passaporte em Portugal e respondiam as exigências do governo brasileiro.

Em Portugal, os processos de pedidos de passaportes eram constituídos pelo termo de abonação de identidade, requerimento e outros documentos do peticionário, ou quando se tratava de passaporte coletivo/familiar, de todos os seus membros; excepcionalmente, integravam os bilhetes de viagem. Frequentemente, incluíam-se missivas, que eram endereçadas por familiares com os quais pretendiam se juntar. O candidato (a) a emigrante aguardava pela carta para encaminhar os trâmites na burocracia lusitana, quando de posse desta deveria registrá-la em cartório reconhecendo a sua legitimidade pela presença e assinatura de duas testemunhas.

De acordo com a legislação portuguesa, as mulheres casadas e os filhos menores não podiam emigrar sem a autorização dos maridos e pais. Restringiam-se as saídas para o estrangeiro, já que a permanência dos laços conjugais e manutenção da família em

Na espera da mala postal:
cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses

Portugal funcionavam como um suporte ampliando as possibilidades do retorno e facilitavam os fluxos das remessas, que se tornaram essenciais para a família e a economia do país. A partir do Decreto n.7427 de 30/3/1921, mudando as práticas por novas formalidades, a carta familiar foi substituída por um tipo de impresso consular, transformando a estrutura do documento, que se tornou objetivo, não mais trazendo as referências e informações anteriores.

No Brasil, o recém-chegado ansioso entregava as “chamadas” nas mãos dos funcionários da Inspetoria de Imigração no porto de desembarque. Estas cartas podiam ser oficiais, se utilizavam de formulário próprio, como os da Inspetoria de Imigração do Porto de Santos, os concedidos por autoridade consular ou os registrados no DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social); em outros casos, eram cartas privadas manuscritas, testemunhos da existência de um contato no Brasil, como se fossem uma chamada informal.

Apesar da anterioridade da prática das “chamadas”, a partir de 1911, legislação brasileira introduziu a obrigatoriedade deste documento para maiores de 60 anos e não aptos para o trabalho. (BASSANEZI, 2008, p.59). O elemento comprobatório que o imigrante deveria apresentar era a correspondência de chamada. O mesmo decreto, no seu cap. II art. 5, especificava que o governo forneceria gratuitamente passagem, transporte, acomodações e isenções de taxas aos agricultores que, aptos para o trabalho, viessem em família, dando-se preferências para os imigrantes espontâneos “chamados por parentes já estabelecidos no Brasil” Conhecedores dos benefícios, vários imigrantes buscavam conseguir o documento.

Uma pequena parte destas correspondências foi localizada nos acervos da Hospedaria dos Imigrantes, já que os recém-chegados entregavam esses documentos no porto de Santos, junto à Inspetoria de Imigração. Estes eram anexados às listas de desembarque que foram arquivadas na Hospedaria.

Este acervo está composto por aproximadamente 8 mil cartas, na sua maioria de italianos. Neste todo, foram identificadas cerca de 600 cartas de portugueses. Os remetentes identificados são variados. Em geral a parentes, entre eles encontram-se maridos e esposas, primos (as), amigos (as), afilhados (as); com destaque de filhos (as), genros e noras, sobrinhos (as), netos (as) que, acompanhando as exigências da legislação, chamavam parentes com idade avançada e/ou não aptos para o trabalho. Veja a carta datada de 1914, de João Maria Campamedo chamando o pai.

Santos – Brazil – 2 – 2 – 1914
Ao senhor Antonio de Miranda Caetano
Mira Portugal
Meu querido pai
Desejo-lhe uma feliz saude que a minha e de nos todos vamos bem.
Meu pai, Visto aí esta colocado em casa do Snr. Costa e estarmos bem pediamos para o pai vir para aqui[---] era conveniente vir até ao Fim de março

afim do Sr. Costa lhe arranjar um emprego no escritório dele porque Mesmo como velho pondo os seus olhos ainda verifica quais quer contas e isso da pouco trabalho e para vocemecê serve de divertimento.

Com isto não o enfado mais aceite muitas
Lembranças de todos muitos beijos dos seus
Netos e nós aguardamos a sua chegada pelo
Que ficamos como sempre ao seu dispor.
Seu filho obediente,
João Maria Campamedo

Na sua maior parte, as missivas visavam consentir o embarque, mas, em certos casos, os remetentes desestimularam a partida para o Brasil, relatando as dificuldades do cotidiano. Algumas vezes os genros se manifestavam explicitamente contra a vinda das sogras, em outras usavam de subterfúgios para dissuadi-la da viagem, denotando ressentimentos e impondo condições – caso a sogra viesse, no Brasil a situação seria diferente e ela deveria se submeter ao genro.

Cartas: laços de sangue

A distância gerava saudades, e na busca de se manter os vínculos esperava-se ansiosamente pelas cartas; evidenciando o desejo do diálogo, queixava-se da falta de respostas. Através das missivas comunicavam-se notícias, formulavam-se perguntas, transmitiam-se orientações e manifestavam-se preocupações, explicitavam-se as estratégias pessoais e familiares. Alguns casais e parentes mantinham uma correspondência regular, em outros casos não se dava mais notícias, gerando aflição e cobrança.

Apesar de todos os esforços de aproximação, gradativamente se estabeleciam distâncias culturais, experiências transformadoras como cruzar o oceano, chegar em um novo território – desafios e privações no país de acolhimento produziam mudanças significativas nos sujeitos históricos e em suas trajetórias.

As cartas pesquisadas permitem notar várias questões quanto aos conteúdos como: dificuldades, conflitos, desafios, perspectivas e possibilidades na sociedade de acolhimento; novas experiências, mudanças e permanências; escolhas, sonhos, esperanças e desalentos, desagregação e distanciamento. Trata-se de uma trama de questões, tensões, conflitos familiares e/ou conjugais, tendo como principal mote o reagrupamento familiar.

Como já pontuado, nos deslocamentos portugueses para o Brasil a imigração foi majoritariamente masculina. Assim, o grosso das cartas localizadas nos processos de passaporte portugueses era de homens chamando esposa e filhos. Alguns o faziam afetivamente, demonstrando sentimentos de saudades e tristeza, além das expressões de amor e carinho. Outros maridos declaravam que as mulheres faziam falta no cotidiano, já que os afazeres domésticos causavam gastos (gasta tudo o que ganhava com comida e lavadeira e que muito precisa dela para isso), que se somavam às despesas com as remessas.

Na espera da mala postal:
cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses

Determinados maridos esperavam pacientemente, outros apresentavam ultimatos. Diziam que não iriam escrever mais, que aquela seria a última tentativa e intimidavam com o abandono caso elas não viessem. Manuel de Sousa Monteiro relatava

... É por que tinha uma mulatinha comigo muito bonita até tu mesmo se a vises ficabas em cantada com ella e não queria que tu chigases de supetão e brigases comigo ... e mais visto que estaba a ber no que dava o negocio a sim como já acabei e fui obrigado a hir para campos para não estar sempre mudando de escrever ora já sabes a rezão que querias saber. Já que bens não demores porque não poso com tanta despeza...(carta acervo do Memorial dos imigrantes de São Paulo n. 181)

Circulavam em Portugal representações do Brasil como um país de mulheres belas e insinuantes, o que difundia insegurança e ciúmes, ampliava a sensação de abandono.

As mulheres que ficavam enfrentavam um cotidiano árduo, envoltas em muito trabalho, trato da lavoura e dos animais, responsabilidades dos negócios, somados aos cuidados com a casa e os filhos. Os conflitos familiares se ampliavam com a distância, perceptíveis através das queixas das esposas que se sentiam desprezadas, desamparadas, sós com os filhos, muitas vezes passando necessidades. Na correspondência acusavam os maridos de se mostrarem indiferentes aos problemas e se manifestavam enciumadas frente a boatos e maledicências.

Já outras esposas não desejam se unir aos maridos – a partida do marido, apesar dos múltiplos afazeres, representava certo alívio, uma vez que elas se sentiam

... mais senhoras de si, livres da gravidez não desejada. Muitas delas retornam a casa dos pais... a economia camponesa do Minho girava em torno da mulher. O governo da casa pertencia-lhes ...estava habituada a lidar com dinheiros e pequenos negócios... com a emigração masculina, e na ausência prolongada dos maridos, o seu papel de gestora dos assuntos familiares mais se evidencia. (SARMENTO, 1999, p.293)

Havia mulheres que manifestavam receios da viagem, da volta à subserviência doméstica e das múltiplas incertezas de um país desconhecido. Elas criavam desculpas para não ir (doença dela, dos filhos ou pais), buscavam escapatórias para retardar a viagem. Algumas gastavam o dinheiro enviado e não partiam; outras, depois de muitas ameaças e reclamos dos maridos, embarcavam frente ao receio de serem abandonadas.

Outras esposas ansiavam pelo reencontro, insistiam, pressionavam pela chamada, ameaçavam partir para o Brasil, mesmo sem autorização, buscavam brechas e alternativas. Alguns maridos respondiam com mensagens apaziguadoras, outros impunham condições (não trazer a mãe, não vir com os irmãos, conter o mau gênio) e diversos acabavam cedendo às solicitações e mandavam-nas chamar. Sozinhas, elas enfrentavam o deslocamento transatlântico, o país desconhecido, embarcavam carregando os filhos menores, em busca do sonho de voltar a reconstituir a família.

Havia casos nos quais os maridos não manifestavam qualquer desejo de reencontro. Eles viajaram sós ou com amigos, reuniram-se com os conterrâneos estabelecidos, encontraram atividades, usufruíam de liberdade (impossível na sociedade de onde vinham), não desejavam voltar à situação anterior e referiam-se de modo indefinido à reunificação familiar. Nas missivas eram poucas as referências ao regresso, alguns homens não chamaram as esposas, nunca retornaram, deixavam de mandar notícias, constituindo novas famílias no Brasil. As mulheres se deixaram ficar envoltas em saudades e, numa espera sem fim, tornavam-se “viúvas de maridos vivos”.

Cartas: estampas da alma

Apesar das distâncias, na correspondência observa-se como os maridos se preocupavam e buscavam influir nas questões no cotidiano das aldeias, nos negócios, problemas com as terras, criação, assumiam um discurso de recomendação de como tratar, o que, para quem, quando e por quanto vender. Também se percebe as afetividades e rivalidades entre parentes, conterrâneos e vizinhos, mas principalmente as amizades, com destaque para os laços de compadrio. Com a madrinha se deixava as crianças, quando não se podia trazê-las; se contava com o compadre para a intermediação nos negócios e na viagem. Alguns maridos, ou por cuidados ou demonstrando pouca confiança nas mulheres em relação ao trato com o dinheiro, preferiam enviar as remessas para intermediários (compadres), para quem delegavam o encaminhamento dos negócios, pagamento de contas e outras ações, também a compra dos bilhetes, providências burocráticas da documentação (passaporte) e do embarque da família.

Quanto à viagem, os homens, que já haviam passado pela experiência anteriormente, norteavam suas esposas e familiares em todos os detalhes: o que trazer ou vender e a que preço, como compor a mala (roupas, enxoval, utensílios), que tipos de marcas de identificação fazer (três cruces negras no baú, por exemplo), atenções com as crianças, comidas para levar, orientações de embarque, como seria a travessia. Havia também muitas recomendações sobre o comportamento (cuidados e postura de recato), além das indicações de como ocorreria o desembarque.

Lidas e relidas em público, as cartas funcionam como elementos de divulgação e propaganda das representações do Brasil como um país de possibilidades, alimentando sonhos e estimulando as partidas.

Estas missivas se apresentam como uma documentação com grande potencial, por registrarem diferentes experiências: revelando relações pessoais, familiares (desagregação, distanciamento e reencontro familiar), laços de parentesco, compadrio e conterraneidade; envolvendo solidariedade nas dificuldades, suportes afetivos, expondo interesses, perspectivas e possibilidades; desvelando cobranças, compromissos, desabafos, conflitos, rompimento de vínculos, inveja, intriga e ciúmes, assim como outros

Na espera da mala postal:
cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses

sentimentos, sensibilidades, sonhos, confidências, intimidades, segredos, ideias, projetos e opiniões.

Cabe ressaltar entre os vários mecanismos e estratégias que viabilizaram os deslocamentos a *constituição de redes*, tanto as institucionais (subsidiada ou não), envolvendo agenciadores, aliciadores, sistema de propaganda e meios de comunicação (feita pelas próprias instituições do governo no exterior ou por particulares), agências e companhias de navegação. Um bom exemplo está nas cadeias informais com a difusão de informação, chamadas, acolhimento, estabelecimento de relações interpessoais. As cartas constituem um registro e mote dessas redes, que funcionaram como veículos de difusão da imigração favorece as saídas, constituindo circuitos que envolviam parentes, amigos e conterrâneos graças a chamadas e convites a parentes e conterrâneos, estabelecendo-se assim bases de apoio que ajudavam a integração, a enfrentar as dificuldades na sociedade de acolhimento, ampliando as possibilidades de achar colocação, montar negócios e de enfrentar as agruras do cotidiano.

Para o pesquisador, as correspondências provocam muitas inquietações sobre os desdobramentos destas trajetórias, se a reunificação familiar foi possível, se maridos e esposas reencontraram-se, ou se o Manuel acertou-se com a bela mulata brasileira ou voltou para sua esposa portuguesa, se as sogras e genros aquietaram-se na sociedade de acolhimento... Mas, infelizmente, é impossível responder a todas estas inquietações. Se a missão do historiador é questionar o passado contando suas histórias, cabe encerrar esta narrativa com uma adaptação do dito popular: “Entre uma carta e outra, quem quiser que conte outra...”

REFERÊNCIAS:

BAGANHA, Maria Ioannis. Migração transatlântica: uma síntese histórica. *Desenvolvimento econômico e mudança social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

BASSANEZI, M. Silvia, et alli. *Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração*. São Paulo: EDUNESP, 2008 (Decreto 9081 de 3 de novembro de 1911).

CORTI, Paola. *Storiadele migrazioniinternazionali*. Roma:EditoriLaterza, 2007.

CROCI, Federico. O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil. *Revista Locus*, v.14, n2 julho/dez/2008.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

MACDONALD, J. e MACDONALD Leatrice. *Chain Migration Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks*. Nova York: The Milbank Memorial

Fund Quartely, XLII (1), 1964.

MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de sangue; privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. Porto: CEPESSE, 2010.

PASCHKES, Maria Luisa N. de Almeida. Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (sécs. XIX e XX). *Revista Histórica*, USP, São Paulo, nº 123-124, ago/jul., 1990/1991, pp.88-89.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Bauru:Edusc, 2002.

SARMENTO, Carmem de Moraes. “Minha querida marida” – Subsídios para o estudo da família emigrante através das cartas de chamada 1890-1914. in: *Actas do Congresso Maia, história regional e local*, 1999, pp. 285-96.

MINICURRÍCULO:

Maria Izilda Santos de Matos possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1978) e doutorado em História pela Universidade de São Paulo (1991). Tem pós-doutorado Université Lumière Lyon 2/França (1997). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e colaboradora da Universidade Estadual do Ceará. Participou de vários outros projetos de pesquisa, é pesquisadora 1A do CNPq. Entre suas obras destacam-se: *Melodia e Sintonia: o masculino, o feminino e suas relações em Lupicínio Rodrigues; Dolores Duran: Experiências boêmias em Copacabana nos anos 50; História e deslocamentos: os portugueses*.